

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O MST

Por: Ramofly Bicalho dos Santos / ramofly@gmail.com

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Nossa intenção é revisar algumas posições encontradas acerca da educação nas escolas do campo, ora de maneira muito superficial e contraditória – utilizando as palavras: educação rural, educação no campo e ensino tradicional – e ora mais envolvida como política pública atrelada às Diretrizes Nacionais Por Uma Educação do Campo e às diversas histórias de vida dos sujeitos envolvidos com a educação como prática da liberdade. Nesse sentido, nosso objetivo é perceber a relação existente entre a educação do campo e os movimentos sociais, dentre eles, o MST. Nessa relação, os acampamentos e assentamentos são vistos como espaços de resistência e luta pela terra, atrelada aos fatores culturais, políticos e sociais que influenciam as diferentes etapas e processos históricos de produção dos saberes, resgatando a formação docente e as transformações atuais da educação, como possibilidades de expressão da gestão democrática e emancipatória.

INTRODUÇÃO

A educação do campo, na perspectiva da reconstrução de valores, constitui-se em mecanismo para fazer emergir os sonhos e as esperanças dos trabalhadores rurais, num projeto coerente com a realidade de vida desses sujeitos do campo que valorizam a escola como local de construção da cidadania plena, contrária às ações reprodutivistas e produtoras das desigualdades. No meio rural a escola do campo deve ser conquistada tendo como princípios e objetivos principais o envolvimento na luta pela inclusão social e a defesa dos direitos humanos. Uma escola que busque a igualdade, o direito à terra e saiba lidar com a diferença. Dessa forma, a produção escrita e oral dos educadores e educadoras, educandos e educandas, buscarão evidências nos processos de formação, nas experiências educativas, nas diferentes possibilidades de olhar a realidade e de pensar a si mesmo enquanto protagonistas de suas histórias individuais e coletivas, problematizando a realidade do campo, o ensino, a formação e organizando as inúmeras possibilidades do pensamento crítico, através de constante troca e produção dos diversos saberes.

A escola do campo deve estar atenta às possibilidades de lutas, resistências e conquistas da terra como frutos das ocupações dos inúmeros latifúndios improdutivos, organizadas pelos diversos movimentos sociais do campo no Brasil, em especial, o MST. Nas relações pessoais e coletivas estabelecidas no campo, percebo que a interação entre os sujeitos pode fortalecer, por exemplo, a organização da escola, a formação política e os núcleos de discussões, enfatizando as dificuldades de cada contexto histórico e os possíveis encaminhamentos. Esses espaços devem contribuir para a formação e a educação do novo homem e da nova mulher, com coerência e consciência crítica, avançando na superação coletiva da condição de oprimidos e vislumbrando a conquista da autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

(MARTINS, 1980) defende a luta pela terra de trabalho, pois este é lugar de afirmação e dignidade humana, contra a terra de negócio, espaço da desumanidade e intolerância. Mesmo com as péssimas condições de infra-estrutura, os sujeitos do campo envolvem-se com a vida e o respeito à terra, enfrentando a frieza, a insensatez e a morte. Dessa forma, os movimentos sociais do campo propõem rupturas com o modo de vida capitalista, valorizando a organização de escolas que contemplem a realidade de vida dos educadores e educandos, suas histórias, memórias e identidades, a produção sem agrotóxicos, a diversidade cultural, entre outros aspectos. Essa valorização é extremamente necessária, pois as inúmeras famílias que resistem no campo trazem consigo suas histórias de vida, os sucessos e fracassos.

Os movimentos sociais do campo, MST, CPT, FETAG, MAB, MPA, Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas, entre outros, estão ressignificando a escola do campo na perspectiva das Diretrizes Nacionais Por Uma Educação do Campo. Esses espaços constituem-se permanentemente em locais de formação política e educação do homem e da mulher do campo. A consciência crítica é adquirida e conquistada a partir do trabalho coletivo e das relações de poder que são estabelecidas no meio rural. Assim, uma das preocupações iniciais da escola é avançar em direção à superação coletiva da condição de dominados que o sujeito do campo, historicamente, esteve associado. Em inúmeras ocasiões, a população mais humilde sequer da conta das mazelas sociais que os atingem direta e indiretamente, como por exemplo: a fome, escolas desestruturadas e a péssima qualidade da educação, o desemprego e a violência física e simbólica.

Essas cercas contribuem para a decomposição familiar e dos valores relacionados à solidariedade, o coletivo, entre outros, dando lugar a alienação, o consumismo, os vícios e estilos de vida copiados das elites nacionais e internacionais.

Nessa configuração, o trabalhador e a trabalhadora rural parecem ser os refugiados do campo. O desenraizamento cultural é a perda das condições mínimas de proteção, de proximidade e de vínculos e valores criados. Os laços sociais estabelecidos são desestruturados. Entretanto, essas perdas não são vivenciadas da mesma maneira por todos. Diversas famílias desistem do projeto emancipador organizados pelos movimentos sociais para / com o campo, por não mais conseguirem viver distante das estruturas organizativas da cidade grande, como por exemplo: água potável e encanada, energia elétrica, transporte público, que também são direitos do homem e da mulher do campo e, às vezes, a renda imediata do trabalho esporádico na informalidade.

Diante dessa conjuntura é fundamental conhecermos os princípios desenvolvidos pelos movimentos sociais¹ no que toca à luta Por Uma Educação do Campo. Suas bandeiras, projetos, perspectivas e utopias. A formação política dos trabalhadores e a valorização da consciência social são alguns dos desafios. Nesse sentido, a produção do conhecimento pode ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo, da fome e a falta de projetos emancipadores para/com o homem e a mulher do campo. Essa formação política, contextualizada historicamente, pode contribuir para a reconstrução do passado, escavando memórias e acontecimentos, recuperando documentos, fontes primárias e produzindo histórias críticas e contra-hegemônicas. A produção do saber construído em parceria com os educandos/as, educadores/as, pais e todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte dos movimentos sociais que lutam por suas histórias, valores e reconhecimento, pode ser ressignificada, incentivando a implementação das Diretrizes Operacionais Por Uma Educação do Campo².

Essas experiências podem contribuir para a gestação de embriões de democratização, socialização de poder, superação dos desafios, afirmação de identidades e seres humanos preocupados com o fortalecimento de ambientes coletivos. Existe hoje nos espaços formais e informais da produção do conhecimento, uma urgente necessidade de intervenção, propondo reflexões que tenham por meta problematizar as dificuldades que, por ventura, possam ser apresentadas quanto às questões teórico-metodológicas da produção dos saberes no campo, na perspectiva crítica, dialógica e

¹ MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Quilombolas; Caiçaras; Ribeirinhos; Pescadores; Movimento Indígena, entre outros.

² Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 01/2002).

histórica. (ARROYO, 2004; FREIRE, 1988;). Creio que esses aspectos podem ressaltar algumas das possibilidades em torno dos processos identitários ligados à visão de hegemonia no campo agrário e como essa visão vem sendo na atualidade, reconfigurada pelos atores políticos nesses espaços de conflitos.

A contribuição deste trabalho para enfrentarmos os problemas históricos e seculares que atingem a Baixada Fluminense e o Estado do Rio de Janeiro como um todo é a nossa preocupação. É nossa responsabilidade, enquanto educadores envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem, apontarmos para as possibilidades de transformações dessa situação de descaso para com os envolvidos nessas trajetórias, pois uma grande parte desses sujeitos – educadores e educandos – dispõe de pouco tempo para as produções textuais, congressos e seminários, acumulando elevada carga de trabalho no fazer pedagógico. (PAIVA, 1984).

Acreditamos na revigoração deste trabalho quando valorizarmos a perspectiva processual da pesquisa, da extensão e seu envolvimento com a exploração, a descoberta, a reflexão e a análise do conhecimento, por exemplo, da EJA no campo. Portanto, a busca constante na formação dos educadores deve ser enfatizada na implementação teórica e prática dessas propostas. (BETTO, 2001; BRANDÃO, 1985; FÁVERO, 2001; SANTOS, 2007; SEMERARO, 1994; SOARES, 2002). A contribuição científica deve estar atrelada à necessidade de pensar a atualidade da educação infantil, do ensino fundamental e médio, ou seja, da educação básica e dos cursos superiores, envolvidos, principalmente, com as questões do campo, com os movimentos sociais, com o educador, a educadora e o trabalhador/a rural. É possível, com este trabalho, desmistificar, por exemplo, a ênfase nos grandes heróis estabelecidos pela história, a memorização de datas e nomes de personalidades, sem contar, a enorme distância que separa a teoria da prática e a utilização descontextualizada do livro didático.

As inquietações que nos levaram a desenvolver este trabalho acerca das diversas possibilidades de formação do educador do campo relacionam-se com a produção e utilização do material didático aquém das necessidades dos educandos, distante das inúmeras realidades de vida, entre outras dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, vários projetos de educação do campo na realidade política e educacional brasileira são elaborados e desenvolvidos, pois, o predomínio, por exemplo, de jovens e adultos, seja no campo ou nas grandes cidades, sem o necessário domínio dos códigos de leitura e escrita na perspectiva do letramento (SOARES, 2002)

é ainda bastante recorrente.

Diante dessa questão creio que é essencial sinalizar para o seguinte fato: mesmo com a presença da EJA na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e a recente criação e implementação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que incorpora essa discussão, ainda é possível perceber cursos aligeirados, formação de educadores e educandos preocupados apenas com a lógica do mercado, conteudistas, superficiais, currículos improvisados ao ensino fundamental tradicional, entre outras contradições, como, por exemplo, acesso e permanência desses jovens, a evasão escolar, espaço físico e estrutura inadequada. Diante de tantos problemas, creio na viabilidade teórica e prática desse trabalho. Sua relevância social pode atuar como suporte nos encaminhamentos, discussões e debates que fomentam a formação do educador na perspectiva dialógica.

Portanto, a formação continuada do educador pode contribuir para avançarmos com propostas alternativas de produção dos saberes da terra, por exemplo, e a busca constante pelo envolvimento teórico e prático com os educadores/as do campo, passa necessariamente pelo aproveitamento coerente dos encontros propostos, as produções dos educandos/as, os trabalhos de campo, as inúmeras parcerias firmadas, entre outras atividades que envolvam a EJA, a educação popular, a formação do educador e os movimentos sociais.

Os motivos que nos levaram à seleção dos municípios de Nova Iguaçu e Seropédica, como objeto empírico deste trabalho demonstra, de certa forma, o envolvimento inicial com experiências de educação no/do campo; a participação no Programa Escola Ativa, oferecido pelo Ministério da Educação – MEC/SECAD; o considerável índice de jovens e adultos do campo com pouca escolarização nessas regiões; a nossa disponibilidade de tempo, pois residimos e lecionamos nesses municípios, além da presença física da UFRRJ nesses espaços da Baixada Fluminense. Além dessas questões, o acesso às secretarias de educação, escolas, educadores, educandos e movimentos sociais, o contato com materiais didáticos e organização curricular podem ser feitos periodicamente, criando-se laços de respeito e de solidariedade entre os sujeitos envolvidos com esse trabalho.

Percebemos que o descompromisso histórico com a produção crítica e coerente do saber, atrelado à educação do campo vem sendo um agravante. Nesse sentido, é importante o nosso envolvimento com projetos, pesquisas, educadores e educandos que se preocupem com a formação continuada, com o conflito de idéias, os espaços

democráticos, as propostas, propósitos e significados do sublime ato de educar, associado à urgente necessidade de intervenções, ações e reflexões que tenham por meta problematizar as dificuldades apresentadas na perspectiva da educação popular.

O processo de construção desse trabalho considera as recentes transformações societárias e educacionais, fomentando debates políticos em torno das orientações históricas, pedagógicas e éticas que deve sempre existir no processo de ensino-aprendizagem e na relação dialógica entre educador e educando. Conta ainda, com a participação de intelectuais envolvidos com a educação popular, a educação do campo e a EJA. (ARROYO, 1995, 1999; 2004; CALDART, 2000; 2003;2004; SANTOS, 2005). Nesse sentido, importante é perceber como em nossa sociedade, no embate entre as diferentes classes sociais, fica evidente o desenvolvimento cada vez mais acentuado da exploração econômica, da exclusão social e da dominação política, ingredientes de um sistema que valoriza exageradamente o capital, em detrimento das questões sócio-culturais, educacionais e de cidadania.

Com base no entendimento de que a formação é requisito básico na sociedade atual, tendo em vista as necessidades dos movimentos sociais, de educadores e educandos do campo, além das demandas comunitárias, este estudo deve ser entendido como sendo o do estabelecimento das vinculações entre o saber escolar / acadêmico, as histórias de vida e as memórias de educadores e educandos. (FREIRE, 1997; 1975; 1982) Estabelecemos ainda uma grande relação entre a teoria e a prática, propondo reflexões multidisciplinares acerca da formação cidadã e da responsabilidade social inerentes a este texto que pensa a educação e suas várias possibilidades de atuação nas escolas do campo nos Municípios de Nova Iguaçu e Seropédica. (FRIGOTTO & GENTILI, 2001; TFOUNI, 1995; SOARES, 1998, 2003).

Acreditamos que as transformações defendidas nesse texto, por serem tão estratégicas, podem modificar atitudes e posturas de educadores e educandos. O olhar para o chão e sem confiança é algo a ser superado. Valoriza-se a cabeça erguida, o ser sujeito da história, a indignação contra as injustiças e a autoconfiança na capacidade intelectual das pessoas. As experiências educacionais e políticas dos educadores e movimentos sociais serão essenciais nessas reflexões e possibilidades de compreensão da ação coletiva, sendo viabilizada pelo sentimento de solidariedade e organização que se reforça nos sujeitos envolvidos com este processo de ensino-aprendizagem. Esse ambiente coletivo e educacional pode cumprir com um papel libertador e de emancipação humana, abrindo novos espaços de atuação, por onde ecoarão as vozes

daqueles que, em nome da ética, do respeito às diferenças e da igualdade, sempre foram silenciados.

O percurso desse trabalho vem sendo concretizado através do levantamento de fontes, da análise crítica da documentação existente, de visitas às escolas públicas, universidades, secretarias de educação e bibliotecas. Participam ainda desse projeto, os diversos atores da sociedade civil – igrejas, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, entre outros. A metodologia da história oral é extremamente útil, pois estamos entrevistando educadores e educandos diretamente atrelados aos projetos de educação do campo nos referidos municípios. Por fim, as entrevistas são transcritas levando-se em consideração as semelhanças e diferenças entre os municípios, no que toca a formação dos educadores e educandos. O relato oral pode contribuir para conservar as experiências vividas e é com esse relato que estaremos relacionando a formação política, inicial e continuada dos educadores com suas histórias de vida. Nesse sentido, a construção do passado através da leitura de memórias pode contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem de educadores e educandos se estabeleçam.

Essa metodologia de trabalho deverá buscar a explicação dos processos sociais, levando em consideração, a participação dos sujeitos enquanto seres históricos e culturais. Esta não será uma pesquisa cujos parâmetros são dados pelos procedimentos das ciências exatas. Seu cunho será eminentemente histórico e sociológico. Elementos quantitativos e dados estatísticos quando utilizados servirão para contribuir com a análise qualitativa. Em decorrência do seu enfoque específico, este estudo tem como horizonte o entendimento das relações sociais concretas que determinam a materialização das propostas políticas e pedagógicas em questão.

As metas e resultados esperados são: estimular a produção de leituras, textos e reflexões que contemplem a formação de educadores e educandos envolvidos com a educação do campo. No processo de construção desse conhecimento histórico (ARANHA, 1996), deverá prevalecer o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural do homem e da mulher, do docente e discente, do trabalhador e da trabalhadora rural e seus respectivos movimentos sociais. (GADOTTI & ROMÃO, 2001) Dessa forma, essas são metas e propostas de uma educação inclusiva, questionadora e democrática que pretendemos desenvolver, implementar e estudar nas escolas do campo nos municípios de Nova Iguaçu e Seropédica, na região da Baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Acreditamos que as escolas do campo podem contribuir para formar essa consciência crítica e possibilitar uma maior interação entre as famílias, organizar debates, perceber as dificuldades, o contexto histórico, os encaminhamentos necessários e os conflitos de idéias. Nossa intenção então é mostrar que a luta por uma educação do campo está associada à organização dos movimentos sociais do campo e das famílias, núcleos e brigadas que compõem esses espaços. Essa luta passa, obviamente, pelo enfrentamento das várias cercas impostas pela escola tradicional, com seus projetos autoritários e deslocados da realidade do campo. As cercas quando derrubadas simbolizam respeito, organização e valorização dos movimentos sociais e de seus sujeitos. Faz a sociedade refletir acerca das dificuldades encontradas em nosso país, dentre elas, a miséria, o latifúndio e o analfabetismo. Esses são espaços de aprendizagem coletiva, construção política e luta pelo reconhecimento identitário.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- ARROYO, Miguel. *Educação e Exclusão da Cidadania*. In: *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1995.
- ARROYO, Miguel G. & Bernardo Mançano Fernandes. *A educação básica e o movimento social do campo* – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 2.
- ARROYO, Miguel G.; Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo* – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 5.
- BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção por uma Educação Básica do campo, n° 3.
- BETTO, Frei. *Crise da modernidade e da espiritualidade*. UNESP: Presidente Prudente, 2001.
- BICALHO, Ramofly dos Santos. *Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense*. Campinas: Editora Komedi, 2007. 2ª edição.

- ___ . *Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetória de educadores e lideranças*. Campinas: Editora Komedi, 2008.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. SP: Companhia das Letras, 1994.
- CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles & MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ___ *A escola do campo em movimento*. In: Revista Eletrônica Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.
- CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia?* SP: Brasiliense, 2001 (Coleção primeiros passos; 13)
- ___ *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. RJ: Zahar, 1994.
- ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola*. RJ: Artes médicas, 1989.
- FÁVERO, Osmar (org.) *A Educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. SP: Paz e Terra, 1997.
- ___ . *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1975.
- ___ . *A Importância do ato de ler*. SP: Cortez, 1982.
- ___ . *Educação como prática de liberdade*. RJ: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo e Frei Beto. *Essa escola chamada vida*. RJ: Ática, 1988.
- FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FRIGOTTO, Gaudêncio & GENTILI, Pablo (orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GENTILI, Pablo (org.) *Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIROUX, Henri. *Pedagogia crítica como projeto de profecia exemplar*. In: A educação no século XXI, Imbernon, organizador, Artmed, 2000.

- KOLING, Edgar J & MOLINA, Mônica C. (Org.). *Por uma Educação Básica do Campo*. nº 1. Brasília, DF. Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo.
- KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo & CALDART, Roseli Salette (organizadores). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 4.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. SP: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 23)
- MST – Caderno de Educação nº 8 – Princípios da Educação no MST. São Paulo, 1999.
- PRADO, Bento Junior. A educação depois de 1968, ou cem anos de ilusão. In: Descaminhos da educação pós – 68. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1980.
- SARAMAGO, José. In: Salgado, Sebastião. *Terra*. SP, Companhia das Letras, 1997.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *As tensões da Modernidade. Fórum Social Mundial*, Biblioteca das alternativas, 2001 (<http://www.forumsocialmundial.org.br>).
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- __ . *A primavera dos anos 60 – A geração do Betinho*. RJ: Ed. Loyola, 1994
- SEMERARO, Giovanni & FÁVERO, Osmar (orgs.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SILVA, L. H. *Educação do campo e pedagogia da alternância: a experiência brasileira*. In: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 5, pp. 105-112, 2008. Consultado em setembro/2008 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- SILVA, M. S. *A Formação Integral do Ser Humano: referência e desafio da educação do campo*. In: *Revista da Formação por Alternância*. Ano 3, nº 5, Brasília: UNEFAB, 2007.
- STÉDILE, João P. & GORGEN, Frei S. – *A luta pela terra no Brasil*. SP: Scritta Editorial, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. SP: Arx, 2002.